

HISTÓRIAS INSCRITAS E ESCRITAS EM UMA COMUNIDADE NEGRA RURAL *

* Uma versão anterior deste artigo foi apresentada na 34ª Reunião Anual da Anpocs, em 2010. Agradeço a Luanda Sito pelos comentários feitos à época.

MARCELO MOURA MELLO

RESUMO *Este texto trata dos usos da escrita e de suas relações com a oralidade na produção de conhecimento histórico por uma liderança de uma comunidade negra rural que reivindica o reconhecimento enquanto remanescente de quilombos, analisando a produção de versões escritas da história local por essa liderança. As injunções políticas decorrentes da luta por reconhecimento ajudam a entender a produção desses documentos, mas não podem ser tomadas como causas únicas da maneira pela qual se dá a produção de conhecimento histórico. Argumenta-se que versões escritas da história não refletem uma sobreposição de uma forma de transmissão de lembranças sobre outra. Ao contrário, elas são frutos da coocorrência entre oralidade e escrita.*

PALAVRAS-CHAVE *Oralidade; escrita; conhecimento histórico; remanescentes de quilombos.*

ABSTRACT *The paper focuses on the uses of literacy and its relations with orality in the production of historical knowledge by a black rural community leader, whose community claims its recognition as a maroon community. It is done by analyzing the production of written versions of the oral local history by this leader. The political contexts and demands that characterized the struggle for recognition helps to understand the production of these documents, but cannot be regarded as single causes of the production of historical knowledge. The paper argues that written versions of history do not reflect the overlapping of one way of transmitting remembrances over another. On the contrary, they are products of the co-occurrence between orality and writing.*

KEY WORDS *Orality; literacy; historical knowledge; maroons.*

Estetextotratadosusosdaescritaedesuasrelaçõescomaoralidade na produção de conhecimento histórico por uma liderança de uma comunidade negra rural que reivindica o reconhecimento

enquanto remanescente de quilombos, analisando a produção de versões escritas da história local por essa liderança. Desde que passaram a pleitear seu reconhecimento enquanto remanescentes de quilombos, os membros da comunidade de Cambará, situada entre os municípios de Cachoeira do Sul e Caçapava do Sul, na região central do Rio Grande do Sul, viram seu círculo de interação se expandir muito nos últimos anos. As interações com “agentes externos” tornaram-se mais frequentes, conferindo ao grupo maior visibilidade nos níveis municipal, estadual e nacional. Da mesma forma, o contato com o universo escrito acentuou-se e atualmente o grupo tem se utilizado da escrita de novas maneiras.

Em decorrência da assunção quilombola, os moradores do local vêm demonstrando um renovado interesse sobre a *história da comunidade*.¹ Ao lado do papel de destaque assumido pelos guardiões da memória, tornou-se cada vez mais comum entre os moradores do local a elaboração de versões escritas sobre o *tempo dos antigos*. Assim, Márcio Roberto Lopes, uma jovem liderança, compeliu documentos e fotos, entrevistou seus parentes e criou um arquivo sobre a trajetória histórica de Cambará. Já Ana Rodrigues, nascida em Cambará e residente na capital do estado, Porto Alegre, realizou um curso de especialização de história africana e afro-brasileira, apresentando uma monografia sobre a comunidade de Cambará (2011). Este texto pensa esses e outros documentos produzidos por homens e mulheres de Cambará no quadro das injunções políticas decorrentes da luta por reconhecimento, sem concebê-los como o mero reflexo da sobreposição de uma forma de transmissão de lembranças sobre outra, mas sim como produtos da coocorrência entre oralidade e escrita.

Para tanto, o texto principia com uma breve reconstituição do processo de identificação quilombola em Cambará e como isso resultou numa intensificação do contato com diversas facetas do universo escrito. Ver-se-á que foram injunções

1 Grifos referem-se a categorias étnicas.

políticas – e, particularmente, as exigências legais que incidem sobre grupos em busca de reconhecimento enquanto quilombolas – que motivaram a produção de versões escritas sobre fatos que até então eram predominantemente rememorados através de narrativas orais. A seção subsequente visa deslocar o foco da escrita como técnica ou como aquisição cognitiva, centrando-se nos usos da escrita em sua interface com a oralidade. Procurarei demonstrar que não é apenas a instrumentalização das lembranças, via escrita, que está em jogo nessa rememoração.

REGISTROS

As 43 famílias residentes na comunidade negra de Cambará passaram a reivindicar o reconhecimento quilombola e a regularização fundiária do seu território, conforme dispõe o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988,² nos primeiros anos deste século. Tal processo está ligado à transfiguração de uma série de enunciações e foi a partir do momento em que a categoria jurídica “remanescentes das comunidades dos quilombos” passou a figurar nas agendas governamentais, de movimentos sociais e da universidade,³ que se desencadeou um conjunto de disputas políticas e de intervenções em torno dessa categoria.

Foi nesse processo que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) passou a atuar em Cambará. Entre 2002 e 2003, três projetos de extensão voltados às comunidades quilombolas foram desenvolvidos no local, reunindo membros de uma ONG – o Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombo (IACOREQ) –, técnicos, professores e estudantes da universidade. Já nessa época, objetiva-se coligir elementos que pudessem vir a ser utilizados em uma peça técnica que caracterizasse a comunidade como remanescente de quilombos, facultando-a de instrumentos para a salvaguarda de seu território. Meu contato inicial com o grupo se deu com a participação em

2 Que estabelece: “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (p. 1).

3 Como é sabido, o papel de antropólogos na chamada “ressemantização” do conceito de quilombo foi fundamental para a emergência desses novos sujeitos de direitos. Sobre esse processo, ver, dentre outros, Almeida (2002), Arruti (2006, 2008), O’Dwyer (1995), Mello (2012, p. 33-61).

um desses projetos de extensão, realizado no segundo semestre de 2003. À época, eu era um estudante de ciências sociais e coube a mim e aos demais colegas dessa área de estudos, dentre outras coisas, entrevistar os moradores do local, principalmente os mais velhos, com o objetivo de reunir dados histórico-etnográficos referentes ao processo de territorialização do grupo.

Entre 2005 e 2006, em convênio com a Superintendência Regional do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), a UFRGS formou uma equipe, da qual fiz parte, cuja incumbência era elaborar uma perícia antropológica, doravante denominada laudo, com vistas a instruir o Incra nos procedimentos de identificação, reconhecimento, delimitação, regularização e titulação de Cambará como território quilombola (ANJOS et al., 2006). Desde então, um livro (MELLO, 2012), duas dissertações de mestrado (MELLO, 2008; RAMOS, 2009), uma monografia de especialização (RODRIGUES, 2011) e uma monografia de conclusão de curso (SOUSA, 2006) versaram sobre o grupo, além de alguns artigos acadêmicos. Nesse ínterim, Cambará foi alvo de diversas políticas públicas. Programas voltados para a agricultura familiar quilombola, para o saneamento básico, tratamento de dejetos e abastecimento de água, para a instalação de luz elétrica e construção de moradias, banheiros e demais benfeitorias, além de cursos de artesanato e capacitação profissional foram desenvolvidos.

Em virtude da assunção quilombola, o círculo de interação com “agentes externos” expandiu-se muito nos últimos anos. O contato com estudantes universitários, antropólogos e professores do ensino fundamental, médio e superior, com integrantes de vários setores do movimento social negro e de ONGs, com membros de comunidades quilombolas de várias partes do país, com técnicos governamentais e funcionários públicos, com agentes do direito e políticos tornou-se frequente. Esse processo pôs o grupo em contato com um grande número de agentes que utilizam, concebem e valorizam a escrita de várias

maneiras, com variados estilos e visando a diferentes objetivos. Os formulários e cadastros passíveis de preenchimento para facultar o acesso a políticas públicas, os questionários aplicados por agentes públicos e pesquisadores, a circulação de minutas, atas, panfletos, manifestos, monografias, dissertações, artigos, livros, boletins informativos e demais documentos relacionados à questão quilombola colocou os membros de Cambará diante de um universo bem específico de palavras. Em poucos anos houve um crescimento exponencial da produção de registros sobre o grupo.

Enquanto quilombolas, os habitantes de Cambará se deparam com linguagens repletas de códigos esotéricos, dadas suas características formais, técnicas e burocráticas. Cumpre lembrar que as comunidades remanescentes de quilombos se veem obrigadas a utilizar-se desses mesmos códigos. Os dispositivos legais asseguram que a autoatribuição já basta para o reconhecimento da identidade quilombola, mas é necessária a expedição de um certificado pela Fundação Cultural Palmares, órgão ligado ao Ministério da Cultura, para que o reconhecimento formal do *Estado se dê*.⁴ De igual maneira, os “remanescentes” são obrigados a constituir uma associação de moradores para validar decisões, deliberações e demandas, devendo registrá-las em atas. As políticas públicas exigem o preenchimento de formulários, cadastros e, em alguns casos, a formulação de projetos.

Fica evidente que na atual conjuntura o domínio da escrita e, sobretudo, de técnicas direcionadas para *usos específicos* da escrita é fundamental para os moradores de Cambará, e isso por vários motivos. Os procedimentos legais exigidos pelo Estado às comunidades quilombolas e a observância a regras e a padrões para a formulação de requerimentos, atas, ofícios, petições e congêneres requerem a capacidade de manejar o conteúdo escrito, de modo a familiarizar-se com linguagens altamente especializadas e, em maior ou menor medida, adequar-se a elas.

4 Conforme dispõem o § 1º do artigo 2º e o § 4º do artigo 3º do decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos. As comunidades devem enviar uma carta à Fundação Cultural Palmares, que fica responsável por emitir uma certidão que reconhece o pleito identitário.

Em meio a essa enxurrada de procedimentos e da proliferação de registros sobre eles mesmos, os homens e mulheres de Cambará estão engajando-se em uma série de práticas pouco familiares até então, na tentativa de exercer maior controle sobre esse processo.

A formação de uma associação de moradores quilombola no local, por exemplo, obrigou a elaboração de atas. O estatuto da associação começou a ser discutido entre 2005-2006, em conjunto com membros do IACOREQ e com os estudantes universitários responsáveis pela elaboração do laudo de identificação àquela época (ver acima). Nos encontros iniciais, coube a estes a tarefa de elaborar as atas, pois todos os moradores do local alegavam não estar acostumados a fazer isso, além de não disporem de um modelo. Depois de algumas reuniões, alguns jovens do local assumiram essa incumbência. O mesmo se passou com o estatuto da associação, proposto e revisado por membros do IACOREQ, mas cuja versão final foi redigida pelas famílias *negras*.⁵

Da mesma forma, a elaboração de requerimentos, convites para eventos e ofícios é, hoje, algo corriqueiro. Em novembro de 2006, foi realizada a Festa de Comemoração da Semana da Consciência Negra no local. O convite para essa celebração continha cinco páginas – divididas em tópicos que apresentavam informações sobre o *quilombo* e sobre a região, considerações acerca da pertinência do evento e das *especificidades da comunidade*, objetivos, itinerários, temas e programação –, no qual se empregou uma linguagem formal, tendo em vista que diversas entidades da sociedade civil e do estado foram convidadas.

Cite-se também a elaboração de um projeto visando ao gerenciamento de uma das políticas públicas desenvolvidas no local. Com a construção de uma rede de água encanada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em 2005, decidiram os moradores de Cambará que, em vez de pagarem a uma empresa pela gestão do consumo e da manutenção, seria feito

5 Para uma análise da associação quilombola como “agência de letramento” na comunidade Casca, litoral do Rio Grande do Sul, ver Sito (2009).

um gerenciamento comunitário das despesas da rede d'água por meio da formação de uma entidade jurídica composta por alguns moradores do local. Para viabilizar essa proposta, foi necessário apresentar um projeto detalhado à Funasa, abrir e registrar legalmente uma cooperativa, além de se criar um banco de dados para facilitar a prestação de contas.

Esses exemplos revelam que certos usos da escrita se tornaram fundamentais para o grupo. Através desses exemplos, é possível investigar como os moradores do local se apropriam de práticas de comunicação e de elementos linguísticos para responderem a desafios contemporâneos. A assunção quilombola se dá em um cenário marcado por disputas, contestações, polêmicas, confrontações e debates que motivam a produção de perícias, atestados, certificados, processos administrativos, inquéritos, petições, manifestos, relatórios de identificação e peças similares. Conforme destacou Centeno (2009, p. 116), a política nacional de titulação dos territórios quilombolas transformou-se em uma “máquina de produzir procedimentos e avaliações sobre os mesmos, cada vez mais multiplicando as exigências e as instâncias de consulta”. De igual modo, Silva (2008) demonstrou que as políticas públicas voltadas aos quilombolas se estruturam, por via de regra, sob o primado da linguagem dos mediadores externos, fomentando uma incomensurabilidade na comunicação entre o Estado e esses sujeitos de direitos. De fato, vários dos instrumentos que incidem sobre as comunidades quilombolas possuem códigos cujas linguagens somente alguns poucos são capazes de dominar, operacionalizar, traduzir e aplicar.

É necessário atentar que os usos da escrita em Cambará se prestam a distintos fins e que não há homogeneidade nos valores conferidos à escrita, mas em várias ocasiões a produção de registros escritos é marcada pela necessidade de se apresentarem provas que sustentem e validem os pleitos do grupo. Nesse tocante, a história torna-se uma espécie de carimbo de

autenticidade. Não raro, vários agentes, sejam eles acadêmicos, militantes do movimento social, gestores públicos ou agentes da lei evocam a história para legitimar ou deslegitimar a validade dos pleitos das comunidades remanescentes de quilombos. Em Cambará, evidentemente, isso não foi diferente. Não à toa, os pesquisadores que elaboraram o laudo de Cambará se valeram tanto de narrativas orais como de documentos depositados em arquivos históricos para reconstituir a cadeia dominial da área e para estabelecer os vínculos genealógicos entre ex-escravos e os atuais moradores do local: era necessário conferir a maior solidez possível aos pleitos do grupo. Os moradores de Cambará têm se engajado de várias maneiras nessa correlação de forças e é justamente uma dessas práticas que constitui o fio condutor de boa parte das reflexões esboçadas neste artigo: a criação de um arquivo sobre a história local por uma das lideranças de Cambará. Esse arquivo contém mapas, fotografias, cópias de documentos provenientes de arquivos históricos, transcrições de relatos, de *causos* e de entrevistas, recortes de reportagens, suportes magnéticos dos materiais produzidos sobre Cambará e sobre demais comunidades quilombolas etc. Alguns desses documentos serão analisados a seguir, tentando-se perceber a coocorrência de narrativas orais e registros escritos na produção de conhecimento histórico.

A ESCRITA DO CONTADO E AS HISTÓRIAS INSCRITAS

O contato com o universo escrito não é algo novo para os moradores de Cambará, mesmo para os analfabetos. Em geral, as relações mediadas por *papéis* tiveram efeitos nefastos para o grupo – não à toa, muitas pessoas manifestam reservas para com os *educados* que se propõem a ajudá-los, pois vários deles se valeram da sua “educação” para ludibriar os negros.⁶ Das diversas áreas expropriadas,

6 Em particular um roubo de terras praticado por um delegado de polícia, na década de 1930, que prometera regularizar as terras de uma das famílias mais antigas do local. Esse fato possui uma importância fundamental para o grupo e é constantemente rememorado. Para detalhes, ver Mello (2012, p. 182-189).

muitas delas foram posteriormente regularizadas através de procedimentos (i)legais. Certos indivíduos, por exemplo, apropriaram-se ilicitamente de algumas faixas de terras pertencentes às famílias negras e requereram usucapião tempos depois. Assim, inúmeras narrativas tratam dos perigos e das garantias daquilo que está escrito. O zelo demonstrado na conservação dos *papéis*, mormente os registros fundiários, expressa bem isso: não se guardam em qualquer lugar os documentos; eles não devem estar ao alcance do olhar, especialmente dos vizinhos brancos e de forasteiros, pois o escrito por vezes estabelece uma disjunção com o que foi apalavrado.

Quase todas as pessoas com mais de 50 anos são analfabetas e é considerável o número de indivíduos nascidos entre 1970-1980 semianalfabetos. A maioria dos jovens sabe ler e nos últimos anos vários deles ingressaram no ensino médio. Conforme os dados provenientes de um levantamento socioeconômico entre os moradores de Cambará, realizado em 2006, das 83 pessoas em idade escolar, 8 delas ingressaram no ensino médio (mas apenas 4 o concluíram), enquanto analfabetos, ou semianalfabetos, somavam 18 pessoas. O número dos que cursaram entre o primeiro e o quarto ano do ensino fundamental compreendia 29 indivíduos, ao passo que 28 deles cursaram entre o quinto e o oitavo ano do nível fundamental (ANJOS et. al., 2006). O aumento no nível de alfabetização das gerações nascidas a partir da década de 1980 deu maior tranquilidade aos mais velhos, na medida em que ter alguém da família capaz de ler dá certa segurança. Mais recentemente, o IACOREQ, através do BB

7 Programa de alfabetização de jovens e adultos da Fundação Banco do Brasil.

Educar,⁷ capacitou agentes e lideranças de comunidades quilombolas localizadas no Rio Grande do Sul, para que alfabetizem jovens e adultos. No caso de Cambará, Janaína Corrêa, uma jovem que retomou seus estudos recentemente, é uma das responsáveis por esse programa de alfabetização, cujo público-alvo abrange inclusive idosos, alguns dos quais com mais de 90 anos de idade.

No contexto atual, os jovens são agentes de promoção da difusão da escrita na comunidade. Apesar do caráter esotérico das instâncias do universo escrito com as quais o grupo se vê às voltas contemporaneamente, na medida em que a comunidade se torna mais letrada, a apropriação da escrita pode assegurar a posse definitiva do território, que sempre esteve à mercê daqueles que poderiam lograr vantagens, ao se valarem do poder da escrita. Nesta seção, o foco recai sobre a produção de versões escritas da história da comunidade por uma jovem liderança do local, Márcio Roberto Lopes da Silva.

Quando as ações de extensão da UFRGS começaram a ser desenvolvidas em Cambará, em 2002-2003, atendendo ao pedido da coordenação dos projetos, a própria comunidade apontou os mais velhos como os mais indicados para oferecer informações a respeito do *tempo dos antigos*. Como foi pontuado acima, informações concernentes às origens do local e aos antecessores do grupo constituíram objetos de especial atenção dos pesquisadores e diversas entrevistas foram realizadas com os *sabedores*, i.e., aqueles que detêm o conhecimento do *tempo dos antigos*. Transcorreram-se quase dois anos até a realização do laudo antropológico de Cambará e nesse ínterim algumas das práticas associadas

a membros da universidade começaram a ser adotadas no local.⁸

No início da pesquisa com vistas à elaboração do laudo, Márcio já dispunha de vários cadernos preenchidos com genealogias, nomes dos *antigos*, *sucedidos*, *acontecidos*, *causos* e demais informações históricas, em especial aquelas concernentes à sucessão de proprietários no território da comunidade. Impossibilitado de ir aos arquivos históricos, Márcio correu aos membros mais velhos do grupo, quase todos seus parentes. Seguidamente, visitava seus vizinhos e solicitava que lhe falassem dos *antigos*. Agindo assim, acostumou-se a fazer esse tipo de *pesquisa* com os *sabedores*, aprendendo a desenvolver o que chamou, não sem ironia, de *técnica antropológica* para entrevistar os mais velhos. Era necessário ir com calma, respeitar as características pessoais de cada um, saber como e quando perguntar. Certa vez, por exemplo, seu pai admoestou-o pela insistência em saber de coisas que já haviam sido ditas. Foi *entrevistando* os mais velhos que ele coletou o material utilizado no preenchimento de seus cadernos com informações históricas. Nos documentos produzidos por Márcio, é possível perceber o uso de termos empregados por acadêmicos, bem como uma tentativa de adequação do estilo às narrativas historiográficas, mas seria simplismo ver neles uma mera tentativa de replicação. Isso pode ser visualizado no documento a seguir, que faz menção à Revolução Federalista (1893-1895), também conhecida como Revolta da Degola.⁹

8 Em 2004, três perícias antropológicas sobre as comunidades de Morro Alto (BARCELLOS et al., 2004), de São Miguel e Rincão dos Martimianos (ANJOS e SILVA, 2004) e de Casca (LEITE, 2004), todas elas localizadas no Rio Grande do Sul, foram publicadas pela Editora da UFRGS. Esses livros circularam por outras comunidades quilombolas e alguns moradores de Cambará os leram, ou seja, além do contato anterior com pesquisadores, os integrantes de Cambará já tinham perfeita noção do tipo de informação histórica que era vinculado nesse tipo de documento.

9 As ênfases do autor foram mantidas na transcrição do documento.

X ANASTÁCIO, filho de "PAI JOAQUIM" que morava no Pinheiro foi morto por adversários políticos na localidade de Irupua, confrontando a Antiga Estância de Antônio Joaquim Lopes na Estrada do LAGOÃO.

Segundo a memória de Geraldo da Silva,

lembra que contavam que Anastácio pertencia aos movimentos do "PARTIDO DOS COLORADO", por certa época passou a ser fortemente perseguido por tropas cavaleiranas de partido adversário.

Neste período Anastácio residia no Irupua, bem à ~~beira~~ margem da estrada secundária do Lagoão confrontando a entrada da Estância (fazenda) de Antônio Joaquim Lopes.

Como inúmeras vezes, Anastácio foi pego de surpresa, tentou fugir montando em seu cavalo e saindo em retirada logo foi alcançado por cavaleiros adversários na qual investida foi degolado e deixado seu corpo no meio do campo, dando ainda a Ordenança a família para que não o retirasse o corpo do local. Segundo uns contos, precisou que uma autoridade da época autorizasse formalmente para que Anastácio fosse sepultado. Dois dias depois Anastácio foi sepultado com o corpo já em decomposição bem próximo de sua casa de moradia. Local este marcado por uma antiga cruz enterrada no chão onde foi sepultado.

Anastácio, filho de "Pai Joaquim" que morava no Pinheiro [núcleo territorial de Cambará]. Foi morto por adversários políticos na localidade de Irupua [idem], confrontando a antiga estância de Antônio Joaquim Lopes na estrada do Lagoão. Segundo a memória de Geraldo da Silva, lembra que contavam que Anastácio pertencia ao movimento do "Partido dos Colorado, por certa época passou a ser fortemente perseguido por tropas cavaleirescas do partido adversário. Neste período Anastácio residia no Irupua bem à margem da estrada secundária do Lagoão confrontando a entrada da estância (fazenda) de Antônio Joaquim Lopes. Como inúmeras vezes, Anastácio foi pego de surpresa, tentou fugir montando em seu cavalo e saindo em retirada logo foi alcançado por cavaleiros adversários na qual investida foi degolado e deixado seu corpo no meio do campo, dando ainda a ordenança à família para que não retirasse o corpo do local. Segundo uns contos, precisou que uma autoridade da época autorizasse formalmente para

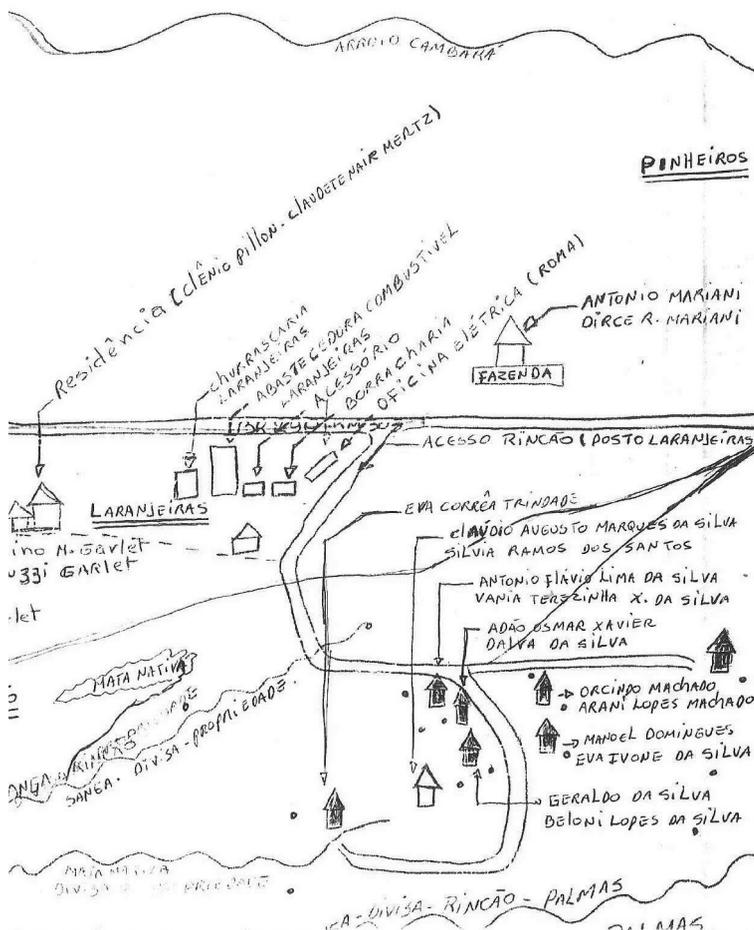
que Anastácio fosse sepultado. Dias depois Anastácio foi sepultado com o corpo já em decomposição bem próximo de sua casa de moradia. Local este marcado por uma antiga cruz enterrada no chão onde foi sepultado (SILVA, s.d.).

Chama a atenção alguns dos termos utilizados nesse documento, como “segundo a memória de Geraldo da Silva [seu pai]” e “segundo uns contos”. Essas expressões apontam para a incorporação de palavras pouco empregadas pelos moradores do lugar no seu cotidiano. Não cabe listar aqui os diversos documentos produzidos por Márcio, mas é interessante notar que algumas sentenças e palavras são utilizadas apenas nos documentos escritos. Muito provavelmente foi o contato com universitários e antropólogos, com publicações acadêmicas e com demais agentes que direcionou o emprego desses termos. Durante a elaboração do laudo de Cambará, os pesquisadores se serviram dos documentos de Márcio, que, ciente dos jargões de universitários, adequou sua produção escrita às formas de leitura de seu público ouvinte/leitor (pesquisadores, no caso).

Outro documento extremamente interessante é o croqui de Cambará elaborado por Márcio. Tal croqui, feito em um papel pardo de aproximadamente 1,20 m de largura por 0,75 m de altura, primava pelo detalhamento. Nele, desenhou-se o território do grupo, discriminando quem era o atual ocupante de cada lote e qual sua extensão; divisas foram especificadas, assim como marcos, estradas vicinais, córregos, arroios, pontos de referência e estabelecimentos comerciais. Na verdade, não foi apenas a configuração atual do território que foi delineada. Fatos passados foram localizados naquela representação do espaço mediante a referência a nomes, fatos, pessoas, datas e eventos. Noutra ocasião, Márcio realizou um trabalho similar, baseando-se em um mapa feito pelos geógrafos da equipe do laudo. Ao lado do nome dos atuais habitantes do território, foram inscritas lembranças sobre a sucessão fundiária, sobre os *antigos* e sobre as relações de parentesco entre vivos e

mortos (sinalizadas através de árvores genealógicas). Nas áreas hoje pertencentes aos vizinhos brancos, gravaram-se os nomes dos antigos proprietários, como se a atual ausência de membros da comunidade em algumas faixas de terras pudesse ser mitigada pela rememoração dos *troncos velhos*. Como salientaram Anjos e Silva (2004, p. 73), genealogias e transmissões de sobrenomes cumprem um papel fundamental nas avaliações quanto aos direitos de sucessão, à definição de pertencimentos e à estruturação das fronteiras étnicas. Com efeito, diversos tempos se sobrepunham ali.

Croqui de Márcio (excerto)



se os mais velhos transmitem lembranças mediante narrativas orais e não fixam o território em suportes documentais, Márcio organizou um arquivo sobre Cambará e inscreveu o território do grupo em um mapa, semelhantemente a geógrafos.

Supor isso, entretanto, significaria negligenciar uma série de fatores. Márcio produziu versões escritas da história de Cambará não só pelo fato de adquirir familiaridade com os códigos dos diversos agentes envolvidos no reconhecimento dos direitos quilombolas, mas também por ser neto e filho, respectivamente, de Jorge Pereira Lopes (*in memoriam*) e Geraldo da Silva (81 anos), dois dos principais guardiões da memória do grupo. De fato, suas entrevistas com os mais velhos direcionaram para novos fins as lembranças que lhe foram transmitidas, mas também deram continuidade a um aprendizado com o qual ele já estava familiarizado. Para essa liderança, as entrevistas, as pesquisas e o convívio com os mais velhos são as principais ferramentas que lhe possibilitam a leitura do território e a escrita da história do local.

Croquis, relatos escritos e demais documentos tornam-se novos suportes da memória somente através dos suportes territoriais da memória. Segundo ele mesmo me relatou, para fazer seu croqui, Márcio estacou em um local próximo à sua casa e começou a esboçar o *mapa da comunidade*. As dificuldades foram poucas, assegurou-me, pois conhecia bem o lugar. Se utilizássemos de uma metáfora grafológica, poderíamos dizer que é a capacidade de ler as histórias, os eventos, os afetos, as emoções e as intensidades inscritas – e incrustadas – no território que possibilitou a transposição de lembranças para um croqui. Do mesmo modo, é o conhecimento prévio sobre o território que o facultou localizar, com suas anotações, os locais de residência passada e os cenários de vivência dos *antigos*.

O relato sobre a feitura do croqui parece-me sintomático. Márcio ficou imóvel nas cercanias de sua casa, enquanto o esboçava, e não teve dificuldade alguma para fazê-lo. Em verdade,

esse estado de imobilidade capta duas coisas: o pertencimento a um local e as imagens sucessivas que a contemplação da paisagem desperta naqueles familiarizados com os itinerários do grupo. Evidentemente que a produção de documentos desse feitio exige a alfabetização, mas a leitura da paisagem, a capacidade de associar lugares, pessoas e eventos e de mapear vivências através do olhar são tão importantes quanto. Com efeito, para escrever, é preciso saber ler as páginas da terra (MELLO, 2012, p. 199).

Seria interessante averiguar se – e de que maneira – versões escritas sobre a histórica do local agregam relevância aos fatos narrados. Analisando-se as entrevistas feitas por Ana Rodrigues (2011, p. 49-60) em sua monografia sobre Cambará, pode-se inferir que sim. Orcindo Machado, 86 anos, ao falar sobre as origens da comunidade, atesta, em determinado momento, que “isso tá arquivado no arquivo de Cachoeira [cidade de Cachoeira do Sul]” (RODRIGUES, 2011, p. 55). Geraldo da Silva, 81 anos, por sua vez, disse que “muitas coisas que foram ditas aqui foram confirmadas no museu de Porto Alegre” (RODRIGUES, 2011, p. 59). Percebe-se na fala desses dois senhores, grandes *sabedores* do local que forneceram informações a diversos pesquisadores nos últimos anos, que há alguma preocupação em vincular o conhecimento sobre os *antigos* a instituições (museus, arquivos) repositórias de documentos. A entrevista de Ana Rodrigues com Márcio, por sua vez, também apresenta elementos interessantes. Vejamos:

Ana: Gostaria que me falasse sobre o que sabes sobre o início da comunidade de Cambará.

Márcio: [...] Historicamente a comunidade é formada por quarenta famílias negras que na sua origem eram antigos escravos, ex-escravos e alforriados. Na verdade, foi um estudo dos próprios universitários que pesquisaram sobre a história da comunidade. A formação do povo daqui, como se constituiu do ponto de vista antropológico, tudo isso ficou comprovado; todos os fatos que foram narrados, a história e a trajetória de muitas pessoas da comunidade desde o passado até os dias atuais (RODRIGUES, 2011, p. 49).

Fica evidente que há uma inflexão no uso da escrita, mas isso não explica, por si só, o papel da escrita no interior da comunidade. Como mencionei anteriormente, os moradores de Cambará sempre se socorreram de papéis para legitimar suas posses, inclusive através de pedidos de usucapião. De qualquer forma, e não obstante o contexto atual, não se deve supor que esteja em curso uma progressiva sobreposição dos relatos escritos sobre as narrativas orais. No plano etnográfico, parece mais produtivo deixar de lado a aquisição da escrita, e seus corolários (alfabetização, letramento e escolarização), e focar os usos da escrita, pois, como salientaram Olson e Torrance (1995, p. 7), o fundamental é aquilo que as pessoas fazem com a escrita, e não o que ela faz com as pessoas. Rappaport (1990, 1994), em dois estudos sobre a produção de documentos escritos por lideranças indígenas andinas, alerta-nos sobre isso, argumentando que a atenção se deve centrar nas “justaposições” e “transposições” entre oralidade e escrita, não para a substituição de um meio de memória por outro.

A transposição de modos orais de lembrança em formas escritas não corresponde a um único gênero narrativo. A partir daí não se estabelece um corte definitivo entre formas de contar histórias. Trata-se, antes, de um gênero misto. Na luta por reconhecimento, os apelos à história podem ser uma importante ferramenta na disputa política. No caso de Cambará, após a assunção quilombola a memória do grupo expandiu-se, adequando-se às novas necessidades e alcançando outros espaços, públicos e ouvintes. Escrever sobre o próprio passado cumpre uma função fundamental, pois abre os arquivos internos da comunidade, estendendo as cadeias de transmissão e circulação de lembranças. A formação de um arquivo certamente configura uma estratégia política que faz recurso do conhecimento histórico, mas não se trata somente de uma tentativa de instrumentalizar, através da escrita, as lembranças do passado. Como coloca Shaw (2002, p. 265), não é possível caracterizar processos como esse

de forma unidirecional a partir de uma abordagem “presentista”, na qual se supõe que um presente soberano continuamente imprime sua marca em um passado infinitamente maleável. Em vez disso, passado e presente se fundem, moldam-se um ao outro, de forma que as memórias formam um prisma através do qual o presente é configurado e as experiências presentes reconfiguram essas memórias. Conforme colocam Anjos e Silva (2004, p. 56, 73), as histórias contadas por homens e mulheres de comunidades quilombolas não se sustentam apenas nos parâmetros de veracidade histórica. Genealogias, transmissões de sobrenomes e narrativas épicas transmitem direitos e noções de justiça. Não é à toa, pois, que nos mapas elaborados por Márcio se listem tantos parentes e antigos.

O passado, como coloca Lambek (1996), é imperfeito não apenas gramaticalmente, mas fundamentalmente por sua incompletude. O passado não está terminado e resolvido; ele é um passado imperfeito duracional, que continua a predicar relacionamentos morais no presente, na terminologia de Palmié (2011, p. 233). Para Palmié, o fundamental não é indagar a “objetividade”, “precisão” e “factualidade” de relatos locais sobre o passado. O que interessa, continua, “é o investimento cultural e político nessas narrativas, e o trabalho feito por elas dentro de cenários sociais especificáveis, incluindo as estruturas institucionais que subscrevem a aceitabilidade contextual de algumas delas como representações ‘confiáveis’ do ‘verdadeiro’ passado” (PALMIÉ, 2011, p. 245). Daí ser necessário analisar as condições e os contextos de enunciação que imprimem marcas nas cadeias de transmissão do passado.

Os documentos produzidos por Márcio são entrecortados por temporalidades distintas, inclusive por aquelas engendradas por intervenções institucionais que fomentam a necessidade de lembrar. Como nos adverte Koselleck (2006, p. 310-311), o tempo não pode ser expresso a não ser em metáforas espaciais. Por isso é que há sentido em falar de “espaço de experiência”:

a experiência proveniente do passado é espacial porque a experiência “se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes”. Da mesma forma, faz sentido falar em “horizonte de expectativa”, visto que “horizonte quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado”. A inscrição de fatos, vivências, situações, vozes, narrações e pessoas em documentos, mapas e mídias digitais não apenas transplanta eventos passados e terminados em novos meios: trata-se daquilo que Koselleck (2006, p. 342) chamou de “saturação de realidade”, da inclusão de possibilidades realizadas ou falhas. O território de Cambará não é apenas um suporte fundamental para a produção de conhecimento histórico – seja ele transmitido por narrativas orais ou por documentos escritos –, mas também porque ele mesmo se encontra em transformação. Palco de várias vivências dos antigos, referência de direitos mapeados por genealogias, pertencimentos e locais de morada, testemunho de esbulhos, de injustiças e de histórias de sofrimento, o território não apenas faz evocar experiências já acabadas do passado, mas também é um vislumbre de um novo horizonte, moldado pelas expectativas de reconhecimento de novos direitos. A área que está sob litígio hoje em Cambará é um espaço carregado de marcadores de tempo. As “evidências factuais” dos direitos da comunidade estão meticulosamente mapeadas no território, mas essas formas de inscrição tendem a ser desvalorizadas pelos órgãos que multiplicam registros, instrumentos e procedimentos que incidem sobre as comunidades quilombolas. Através de modalidades escritas nativas talvez seja possível enraizar ainda mais a intensidade das vivências imprimidas na terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). *Quilombos:*

identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-82.

ANJOS, José Carlos Gomes dos; SILVA, Sérgio Baptista. *São Miguel e Rincão dos Martinianos: ancestralidade e territorialidade negra*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, FCP, 2004.

ANJOS, José Carlos Gomes dos et al. *Memória e identidade: as fronteiras da resistência em Cambará*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

_____. Quilombos. In: SANSONE, Lívio; PINHO, Osmundo (Orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: ABA, Edufba, 2008, p. 315-350.

BARCELLOS, Daisy et al. *Comunidade negra de Morro Alto: historicidade, identidade e territorialidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, FCP, 2004.

CENTENO, Lúcio Domingues. *Multiculturalismo em ação: lógicas de ação dos agentes operadores das políticas públicas quilombolas no Rio Grande do Sul*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UFRGS, Porto Alegre.

FINNEGAN, Ruth. *Oral traditions and the verbal arts: a guide to research practices*. Nova York: Routledge, 1992.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora PUC–Rio, 2006.

LAMBEK, Michael. The past imperfect: remembering as moral practice. In: ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael. *Tense past: cultural essays in trauma and memory*. Nova York: Routledge, 1996, p. 235-253.

LEITE, Ilka Boaventura. *O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, FCP, 2004.

MELLO, Marcelo Moura. *Caminhos criativos da história: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Unicamp, Campinas.

- MELLO, Marcelo Moura. *Reminiscências dos quilombos: territórios da memória em uma comunidade negra rural*. São Paulo: Terceiro Nome, Fapesp, 2012.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. *Terras de quilombos*. Rio de Janeiro: ABA, 1995.
- OLIVERA, Edna dos Santos. *Da tradição oral à escritura: a história contada no quilombo de Curiaú*. 2006. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Unicamp, Campinas.
- OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy. Introdução. In: *Cultura escrita e oralidade*. São Paulo: Ática, 1995, p. 7-14.
- PALMIÉ, Stephan. Escravidão, historicismo e a miséria da memorialização. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes da (Org.). *Outras ilhas: temporalidades, espaços e transformações no Caribe*. Rio de Janeiro: Faperj, Aeroplano, 2011, p. 223-259.
- RAMOS, Ieda C. A. *O lugar do parentesco na aliança entre um laudo antropológico e um território quilombola*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, Porto Alegre.
- RAPPAPORT, Joanne. *The politics of memory: native historical interpretation in the Colombian Andes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- _____. Legal texts and historical interpretation: an Andean ethnography of reading. In: ARCHETTI, Eduardo P. (Ed.). *Exploring the written: anthropology and the multiplicity of writing*. Copenhagen: Scandinavian University Press, 1994, p. 277-296.
- RODRIGUES, Ana Maria Santos. *Quilombo de Cambará – Cachoeira do Sul (RS): reconhecimento e mudança*. 2011. Monografia (Especialização em História Africana e Afro-Brasileira) – Faculdades Porto-Alegrenses, Porto Alegre.
- SHAW, Rosalind. *Memories of the slave trade: ritual and the historical imagination in Sierra Leone*. Chicago: University of Chicago Press, 2002.
- SILVA, Paulo Sérgio da. *Mediação social e políticas públicas nas comunidades remanescentes de quilombos do Rio Grande*

do Sul. In: SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antonio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008, p. 182-196.

SITO, Luanda. “*Aí tá a palavra deles*”: um estudo sobre as práticas de letramento de uma comunidade quilombola do litoral do Rio Grande do Sul. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Unicamp, Campinas.

SOUSA, Luísa Andrade de. *Benedura quilombola: o traçado das fronteiras pela territorialidade e curas tradicionais*. 2006. Monografia de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – UFRGS, Porto Alegre.

STREET, Bryan. What’s “new” in new literacy studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. *Current Issues in Comparative Education*, v. 5, n. 2, p. 77-91, 2003.

DOCUMENTOS

SILVA, Márcio Roberto Lopes da. Arquivo pessoal, s.d.

MARCELO MOURA MELLO – Doutorando PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, <mmmello@gmail.com>.